#46 SÉRIE II JANEIRO 2022

anti capitalista

Razões fortes num novo ciclo político

A “estabilidade”, as maiorias e as minorias
P 3

COP26: Uma Cimeira construída para falhar
P 6

Pontos sobre o Bolsonaro
P 7

A esquerda abrirá um novo ciclo político

Durante quatro anos, o PS foi forçado a aceitar um acordo político que definia o campo de ação do governo e o obrigava a cumprir metas concretas no salário mínimo, nas pensões e em políticas sociais, ao mesmo tempo que o impedia de proceder a privatizações, por exemplo. A partir de 2019, recusando esse acordo, o primeiro-ministro garantiu que formaria maioria com o aperto de mão do PCP, que bastava a palavra de cavalheiros com um partido tão "responsável" que aceitasse manter fechada a porta a medidas estruturais na saúde ou no emprego. Durante algum tempo, pareceu que esse acordo se manteria, o líder parlamentar do PCP assegurava que era "irresponsável", a palavra mágica, discutir a lei laboral ao mesmo tempo que o Orçamento. Depois, esse entendimento colapsou, o PCP compreendeu que não podia submeter-se a uma lógica de partido subordinado ao PS, que continuava a recusar a contrapartida de medidas justas para o trabalho e para o bem público na saúde. O que acabou por morrer, desta forma, foi a política hegemonista do governo, que procurava arrastar a esquerda para a desistência das suas propostas fundamentais para o dia de hoje, particularmente na gestão das prioridades públicas.

Face a este impasse, o PS respondeu provocando eleições e exigindo uma maioria absoluta. É bom não esquecer que todas as sondagens indicam que metade do eleitorado não compreendeu esta farsa e preferia um novo orçamento que criasse bases para um entendimento com a esquerda. Mas não há que ter ilusões, a manobra polarizou muito do eleitorado tradicional do PS e criou barreiras novas diálogos com a esquerda e, por isso, fez renascer a hipótese do Bloco Central, o que a vitória de Rui Rio no PSD veio reforçar. No entanto, essa é uma forma de política sem credibilidade quando confrontada com as questões mais imediatas: o PS quer maioria absoluta para recusar a proposta de carreiras do SNS, recusando a proposta de António Arnaut? Quer mesmo maioria absoluta para manter o período experimental em seis meses, definindo os trabalhadores à procura do primeiro emprego como quem já pode estar à beira de quatro anos de trabalhos sucessivos? Quer o poder absoluto para manter as leis laborais da troika?

O que neste contexto fica evidente é que não se volta ao tempo passado, não há caminho para trás. Não tem sentido e não vale a pena a saudade desse passado com que o governo rompeu tão brutalmente. A geringonça não volta a ser o que foi e já tinha terminado em 2019. É por isso que o que Bloco disputa é a força necessária para abrir um novo ciclo político. Não para renovar o velho ciclo, mas para criar um novo ciclo. Um novo ciclo deve resolver os problemas estruturais das leis laborais, deve atacar a precarização e uberização do trabalho, deve estabelecer o respeito e a igualdade contra as discriminações, deve reorganizar a saúde pública e proteger a escola, deve lançar o investimento e a reorganização da energia e da produção para cumprir as metas climáticas mínimas necessárias, deve controlar a banca. Saindo o Bloco reforçado destas eleições como a terceira força nacional, nem haverá governo de direita, nem maioria absoluta, mas sim um novo ciclo em disputa. Esse é o centro desta campanha e a razão pela qual vale a pena toda a força que nela empenharemos. A esquerda luta com o povo e pelo povo.

Francisco Louçã

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
A esquerda abrirá um novo ciclo político

3 Eleições
A "estabilidade", as maiorias e as minorias

4 Justiça internacional
Cuba: liberdade para os presos políticos

6 Luta climática
COP26: Uma Cimeira construída para falhar

7 Bívora
Pontos sobre Bolsonaro

8 Leituras / Escutas
Recomendações de livros e música

Dossiê | Violência
Adriana Afonso
Alexandre Portela
Andreia Galvão
Gilherme Machado
Sofia Lopes

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Torres

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Alexandre Portela
Adriana Afonso
Andreia Galvão
Bianca Castro
João Bernardo Narciso
José Torres
Luis Leiria
Sofia Lopes
Francisco Louçã
Francis Salema
Yussef B.

Depósito Legal
441931/18

A "estabilidade", as maiorias e as minorias

texto de Mafalda Escada,
militante do Bloco de Esquerda

As maiorias absolutas são más para a democracia. Para a resiliência e implementação das políticas o consenso parece ser a chave, sendo a negociação crucial para tal.

O recurso à "estabilidade" como cartada política não é de agora, mas após o chumbo do OE2022, consolidou-se novamente no discurso político. Em contexto de incerteza, pode provar-se fértil. Perante a chantagem, convém debater esta "estabilidade" que não é a nossa - a da vida concreta da maioria trabalhadora. São os governos maioritários mais estáveis e eficientes? Como devemos olhar para as maiorias/minorias parlamentares?

Governos minoritários não são necessariamente governos menos capazes de governar, mas têm de governar de maneira diferente. Políticas implementadas por governos maioritários não se revelam mais resilientes do que aquelas implementadas por governos minoritários. A estabilidade não rima, portanto, com maioria. Além disso, a chave para a resiliência das políticas implementadas, tanto por uns como por outros, parece ser o consenso. A negociação não é, então, indício de instabilidade. Pelo contrário, fomenta a estabilidade das medidas a implementar. Estas não são premissas meramente ideológicas, são conclusões da investigação empírica que tem sido feita sobre o tema.[1]

As maiorias absolutas são más para a democracia. As maiorias de Cavaco permitiram fechar a porta ao aprofundamento democrático que se deveria ter seguido ao PREC. As maiorias podem ser autoritárias. Por exemplo, entre 1983-1995 (bloco central e maioria de Cavaco), o Parlamento perdeu protagonismo, o debate político foi cada vez mais "tecnocratizado" em comissões, a distribuição dos tempos de intervenção prejudicou a representação de minorias. As maiorias dispensam negociação e compromissos democráticos. Basta recuar ao tempo da troika para o comprovar. São governos com menos escrutínio parlamentar que entram mais facilmente em roda livre. No caso de 2011-2015, falamos do "ir além da troika".

Pelo contrário, governos minoritários tendem a ser mais democráticos, porque precisam de negociar, e até previsíveis, valorizando mais o programa eleitoral sufragado nas urnas. Primeiro, porque precisam de se legitimar continuamente, tentando cumprir mais promessas eleitorais e outros acordos que sejam forçados a estabelecer. Segundo, porque à falta de uma maioria de deputados, tendem a ancorar-se na vitória do seu programa. Se a estabilidade que nos importa é a estabilidade da política concreta, então interessa-nos um PS minoritário que seja obrigado a confrontar-se com os seus compromissos eleitorais, quando bem sabemos a distância entre a sua palavra e ação. Em 2015, o PS dedicou quatro linhas do seu programa a afirmar a intenção de "limitar o uso pelo Estado de trabalho precário". Não fosse o PS confrontado e pressionado, não teria esta parca intenção sido convertida no PREVPAP. Não fosse o PS obrigado a confrontar-se com a sua rutura com a direita em 2015, não teria havido "geringonça". Interessa-nos, portanto, um governo minoritário obrigado a aceitar medidas que não tinha previsto, nomeadamente nas questões sociais mais urgentes.

Mas já não estamos em 2015 e não basta um governo minoritário do PS, tal como se comprovou este ano. Ao longo da sua história, o partido com que o PS mais convergiu em matérias estruturais foi, sem surpresas, o PSD. É perante governos minoritários que a oposição mais cumpre as suas promessas eleitorais. Nos sistemas políticos em que as minorias são a regra, é comum os governos se virarem ora para a esquerda, ora para a direita e "distribuírem" esse cumprimento conforme lhes convém. Por cá, durante o governo minoritário de Sócrates, o PSD cumpriu 38,2% do seu programa, apenas menos 8% que o PS. Tal como então, temos hoje uma presidência de direita, o que nos pressiona a uma alternativa à esquerda que seja coerente, consistente, credível e deslegitime a interferência de Marcelo. Porém, ao contrário de então, temos agora um PS mais próximo do PSD, com sinais claros de flirt político.

Constatado que uma minoria PS não garante uma política de esquerda, mais hoje que em 2019, é crucial que a campanha eleitoral obrigue o PS a definir-se face à sua ambição de um bloco central e a demarcar-se do PSD. É hoje tão, ou mais, claro que o apoio a um governo minoritário do PS, caso seja esse o cenário saído das eleições, só pode acontecer mediante um acordo claro, inescrutável, abrangente e exigente e que responda a questões estruturais, a começar pelas leis laborais e pela saúde.

1 Ver, por exemplo:
Boeri, T., Barba Navaretti, G., & Fondazione Rodolfo Debenedetti (Eds.). (2006). Structural reforms without prejudices. Oxford University Press.
Tompson, W. (2009). The Political Economy of Reform: Lessons from Pensions, Product Markets and Labour Markets in Ten OECD Countries. OECD.
Moury, C., & Fernandes, J. M. (2018). Minority Governments and Pledge Fulfilment: Evidence from Portugal. Government and Opposition, 53(2), 335–355.
Cardoso, D., Moury, C., Costa, A. P., & Escada, M. (2021). Governar para as próximas gerações: Sucessos e fracassos de políticas de longo prazo em Portugal (1995-2019). Almedina.
2 Leston Bandeira, C. (1996). O impacto das maiorias absolutas na actividade e na imagem do parlamento português. Análise Social, 31(135), 151–181.
3 Programa Eleitoral do PS para as legislativas de 2015, disponível em: https://ps.pt/wp-content/uploads/2021/03/2015.4.out_Programa.Eleitoral.do_.Partido.Socialista_Eleicoes.Legislativas.2015_Alternativa.de_.Confianca.pdf
4 Moury, C., & Fernandes, J. M. (2018). Minority Governments and Pledge Fulfilment: Evidence from Portugal. Government and Opposition, 53(2), 335–355.

Cuba: liberdade para os presos políticos

texto de Luís Leiria
ilustração de José Torres

Depois dos protestos massivos de 11 de julho, pelo menos 659 pessoas permanecem detidas. Destas, 42 foram condenados a penas de prisão em julgamentos sumários. Há pelo menos 17 menores de idade detidos desde julho. Hoje, depois da repressão que sufocou a manifestação pacífica convocada para 15 de novembro, Cuba vive a "paz dos cemitérios".

O governo cubano, os meios de comunicação, dirigentes do Estado e do Partido Comunista repetem nas últimas semanas que o país vive uma "paz e tranquilidade cidadãs". Mas esta enganosa calmaria não consegue ocultar a realidade escancarada pelas manifestações populares e espontâneas do dia 11 de julho deste ano. Esta mobilização popular, a mais importante desde a Revolução de 1959, comprovou que "o modelo social [de Cuba] não só ruiu como também, na sua agonia, mostra um governo que mente com desfaçatez, aferra-se ao que resta das suas bases cativas e reprime com impunidade qualquer dissidência", escreve a historiadora, professora e escritora Ivette García González, num artigo recente no La Joven Cuba. Para a autora, "o estado de terror imposto pelo Partido/Governo/Estado" criou em Cuba uma "Paz dos Cemitérios"[1]. Mas "encontramo-nos num ponto de não retorno", adverte. "A paz dos cemitérios nunca foi aceitável por ninguém."

O povo pobre saiu à rua

No dia 11 de julho foi o povo pobre e negro de Cuba que saiu à rua e deu base nacional aos protestos, ocorridos em todas as províncias do país. Outros grupos aderiram às manifestações de rua, como os estudantes, mas sem alterar a sua base social proletária. A revolta era contra a subida inconcebível dos preços dos alimentos provocada pela política do governo, e por isso gritava-se "temos fome!" e pedia-se também medicamentos e vacinas. O povo das ruas pedia também liberdade contra a ditadura.

Mas não há registos de que em algum lugar os manifestantes tenham adotado as palavras de ordem da direita cubana, como a "intervenção humanitária" na ilha, agitada nalgumas manifestações de Miami[2] . Mesmo os gritos de "Pátria e Vida", inspirados numa canção de rappers cubanos (da ilha e da emigração) que ganhou enorme popularidade, não refletem propriamente posições de direita.[3]

É inegável a influência que a direita no exílio e, através dela, o governo norte-americano terão exercido através da Internet, mas achar que a direita cubana teria a capacidade de organizar um protesto nacional das dimensões do de 11-J é atribuir-lhe uma força e implantação que ela nem em sonhos possui.

Não foi esse, porém, o entendimento do governo cubano, que imediatamente denunciou os manifestantes como "mercenários", "vândalos" e "revolucionários confundidos", contra os quais o presidente Díaz-Canel deu "a ordem de combate": "À rua, revolucionários!". A ordem foi seguida pela polícia, por destacamentos especiais do Exército e por inúmeros membros da Segurança do Estado e militantes do PCC que se armaram de tacos de beisebol para atacar os manifestantes, a coberto de um apagão da Internet de 48 horas.

O balanço da violência repressiva é eloquente: "a Justicia 11J documentou 1.271 detenções relacionadas com a explosão social do 11-J. Destas pessoas, pelo menos 659 continuam em detenção. Verificou-se que 42 foram condenadas a privação da liberdade em julgamentos sumários e 8 em julgamentos ordinários. Já se conhece a acusação do Ministério Público a 269 pessoas que esperam entre 1 e 30 anos de prisão. A figura de sedição foi utilizada para impor sanções a pelo menos 122 pessoas", resume a escritora e jornalista cubana Lisbeth Moya González num artigo que tem tido grande repercussão internacional: "Apelo à solidariedade pela causa dos presos políticos de 11 de julho em Cuba. O caso do jovem artista Abel Lescay"

O embargo tem as costas largas

O governo cubano atribui as dificuldades económicas que o país atravessa ao embargo decretado pelos Estados Unidos há 61 anos e agravado recentemente pelo governo Trump. A administração Biden tem-no aplicado sem alterações, contrariando as expectativas de que pelo menos as medidas de agravamento decretadas por Trump seriam revogadas.

1 A escritora cita o título livro *"La Paz de los sepulcros"*, do mexicano *Jorge Volpi*. "Tomo emprestado este título para resignificá-lo".
2 Na ânsia de encontrar justificações para ficar ao lado do governo cubano neste episódio, alguma esquerda chegou a afirmar que nas manifestações em Cuba tinham sido exibidas bandeiras dos Estados Unidos. Mas não há uma única prova documental dessa alegação. As fotos de manifestantes com bandeiras dos EUA eram todas de manifestações no exterior.
3 Curiosamente, quando a música já fazia sucesso, descobriu-se que em 1999, num discurso aos jovens, o próprio Fidel Castro tinha formulado esse slogan. O Granma teve de admiti-lo, acusando então os rappers de... plágio!

Mas o embargo não pode ser responsabilizado por todos os desastres.
"Sendo certo que as sanções do governo dos Estados Unidos têm prejudicado a economia, ao analisar Cuba não podemos ignorar o fenómeno burocracia e a falta de participação popular na política", defende Lisbeth Moya González no já citado artigo.
Vejamos um exemplo gritante do fenómeno burocracia: em plena pandemia da Covid-19, o Estado cubano, através do conglomerado estatal GAESA (Grupo de Administração Empresarial, SA), manteve o investimento crescente na construção de hotéis, mesmo com o colapso do turismo, enquanto o investimento na saúde definhava. Entre 2014 e 2020, a participação do investimento imobiliário da GAESA no total do investimento do país subiu de 21,8% para 45,6%. No mesmo período, o investimento no setor da Saúde caiu de 2,2% para 0,9%. E no primeiro trimestre de 2021, já no segundo ano da pandemia, a tendência manteve-se: a participação do investimento em hotéis chegou a 50,3% enquanto na Saúde definhava ainda mais: 0,3%!
Um pormenor nada irrelevante: o grupo GAESA é propriedade das FAR (Forças Armadas Revolucionárias), o Exército de Cuba, e o seu presidente é o general de brigada Luis Alberto Rodríguez López-Calleja, membro do Comité Central do Partido Comunista de Cuba e chefe do V Departamento das FAR.

Outro fracasso que trouxe consequências devastadoras para a população foi o do plano batizado de Tarefa Ordenamento, que pretendia acabar com as duas moedas que circulam na ilha, afirmava o objetivo de fechar as lojas exclusivas a quem disponha de divisas e prometia abastecer todas as lojas que só trabalham em pesos cubanos. Nada disso foi cumprido e a inflação decorrente destes fracassos é tão grande que esmaga o poder de compra dos parcos salários dos cubanos. Família que não tenha algum parente a viver no exílio com a possibilidade de enviar-lhe dólares ou euros regularmente, está condenada à miséria.

Nasce a Arquipélago

O rescaldo do 11-J deu origem à organização Arquipélago, de oposição ao governo e que advogava uma atuação de oposição legal e pacífica, enquadrada na nova Constituição da República, que estabelece um "Estado socialista de direito e justiça social, democrático, independente e soberano".
Funcionava pela Internet, com uma estrutura horizontal e totalmente transparente, onde os moderadores dos grupos de discussão tentavam promover consensos para chegar às decisões. Foi a Arquipélago que convocou a manifestação do 15 de novembro, pedindo a sua autorização através de requerimentos assinados por grupos de cidadãos e entregues às autoridades locais. O seu objetivo era conquistar "uma autêntica transformação para a democracia, o resgate das liberdades civis e dos direitos humanos", bem como a libertação de todos os presos políticos.
Todos os pedidos de autorização da manifestação foram negados e os apelos a instâncias superiores receberam a mesma resposta.
A Arquipélago manteve a convocatória, numa atitude de desafio. Mas o governo e a DSE (Direção de Segurança do Estado) souberam aproveitar o calcanhar de Aquiles da organização opositora a seu favor. Infiltrados na estrutura Internet da sua organização, ficaram ao corrente dos planos e puderam assim preparar a repressão com todos os requintes. O seu objetivo foi sufocar a manifestação antes que ela se realizasse, e desmoralizar os principais ativistas.

Os "atos de repúdio"

Uma das armas mais repugnantes que a DSE usou, nos dias anteriores ao 15-N, foram os chamados atos de repúdio. Voltamos ao artigo de Lisbeth González: "repetiu-se em Cuba, de maneira massiva, um dos capítulos mais obscuros da sua história: voltaram os 'atos de repúdio' (ou manifestações de repúdio), eventos organizados pelo poder político para através de gritos, impropérios e todo tipo de violência verbal, atacar o espaço mais privado dos que divergem: a família, o lar."
E prossegue: "Imagine despertar com uma turba de gente à frente da sua casa a chamar-lhe 'contrarrevolucionário' e mais, com uma manifestação política organizada na sua porta, no seu bairro, à frente dos seus filhos e pais. É isto um ato de repúdio, uma coisa que era habitual e embaraçosa na Cuba dos anos 80, de que muitas vezes se falou, algo que envergonha muitos cubanos, que se repete hoje, com a estridência das redes sociais pelo meio."
O resultado foi que no dia 15, apesar das tentativas de última hora de alterar os planos da Arquipélago, ninguém compareceu aos locais das manifestações. E o jovem dramaturgo Yunior García Aguilera, principal porta-voz da Arquipélago, os nervos arrasados pelo assédio, a manutenção em cárcere privado dele próprio, sua mulher e sua sogra (os manifestantes do "repúdio" não os deixavam sair à rua), acabou por ceder à pressão e viajou para Madrid.
Leonardo Padura: 'Uma demonstração de fraqueza'
Vitória esmagadora do governo? Talvez não. Para Leonardo Padura, autor de "O Homem que amava os cães", o maior escritor cubano de hoje e um dos maiores de sempre, "negar a diversidade de critérios, impedir a circulação da opinião diferente, mais do que sinal de força é uma demonstração de fraqueza", afirmou, no dia 17, numa entrevista ao La Vanguardia.
E insistiu: "A memória desses atos de repúdio, com ovos, paus e pedras no ano de 1980, continua a ser uma mancha indelével da política cubana. Mas parece-me que replicá-los a estas alturas da história, mais do que uma demonstração de força, coesão, apoio popular, é uma solução desesperada que mostra uma grave miopia política e a mencionada demonstração de fraqueza."

COP26: Uma Cimeira construída para falhar

texto de Bianca Castro,
ativista climática do movimento Friday's for Future

COMPOSTAR OS RICOS

A COP26 foi marcada pela inação climática e pelo greenwashing. Mas o movimento social está vivo e forte nas ruas. Um relato de quem esteve em Glasgow.

Todos os dias, à entrada da COP26, o barulho dos delegados que esperavam na fila para entrar no recinto era abafado por tambores e cânticos vindos de fora do perímetro da Cimeira. Os ritmos contagiantes e poderosas palavras de activistas de todo o mundo contrastavam diariamente com a monotonia dos corredores cheios de delegados de fato e gravata que pela conferência passeavam.

Esta COP foi, tal como todas as anteriores, uma Cimeira do Clima construída para falhar.

Uma Cimeira do Clima em que a indústria fóssil teve a maior delegação: mais de 500 delegados, de mais de 100 empresas. Uma Cimeira do Clima em que esta indústria foi melhor recebida do que jovens, do que pessoas com necessidades especiais, do que povos indígenas, do que comunidades na linha da frente da crise climática: do que todos aqueles que deveriam ter estado a ser ouvidos. Uma Cimeira do Clima que, mais uma vez, não passou de um ato performativo de greenwashing.

Já li por aí que a COP26 não tomou decisões. Mas tomou. Decidiu destruir várias regiões por combustíveis fósseis. Decidiu empurrar para o lado o apoio para perdas e danos e o financiamento para mitigação e adaptação para os países e comunidades na linha da frente da crise climática. Decidiu acolher acordos que nos colocam rumo a um aquecimento global de 2.4ºC - uma sentença de morte para milhões de pessoas. Isto são grandes decisões.

O problema central de todas as COPs é exposto sucintamente no texto final resultante das 2 semanas de negociações: o Pacto Climático de Glasgow diz-nos reparar na importância para alguns do conceito de "justiça climática". Apenas "para alguns".

A crise climática não é um problema de amanhã, dos próximos 5 ou 10 anos: está aqui agora, e não é dissociável de direitos humanos ou de justiça social.

Costumamos ouvir que todos somos um pouco responsáveis pela crise climática. Mas nem todos somos responsáveis. Nem todos somos responsáveis quando 100 empresas emitem 70% dos gases de efeito estufa; nem todos somos responsáveis quando quem menos contribuiu para o agravar da crise climática, é quem mais está a pagar pelas suas consequências.

Países do Norte Global, historicamente responsáveis pela crise climática, continuam a recusar-se a contribuir com o que quer que seja para a progressão da justiça. Não é possível resolver esta crise no mesmo sistema que a criou: um sistema imperialista, colonialista, capitalista. A crise climática é uma decisão política, e sabemos que a mudança de que precisamos não virá das instituições, mas sim do poder coletivo das pessoas.

Durante 2 intensas semanas, ativistas de todo o mundo lutaram de mãos dadas nas ruas de Glasgow - as mesmas ruas que iam dar à Cimeira do Clima; Cimeira essa que foi um palco para o poder imperialista do Norte Global. Fomos centenas de milhares nas ruas, enchendo o ar de sentimentos de amor, solidariedade e coragem. Protestámos, cantámos e marchámos, juntamente com o movimento local por direitos laborais e com a população da cidade.

Em simultâneo, aconteceram dias de aprendizagem, partilha, discussão e união: a Cimeira dos Povos (People's Summit for Climate Justice) aconteceu entre os dias 7 e 10 de Novembro, e contou com sessões que abordaram tópicos desde feminismo indígena a aviação, passando por decrescimento, interseccionalidade, descolonização, redistribuição global, transição justa, ecossocialismo -, e a lista continua. São espaços como este que nos enriquecem e fortalecem - não só ao movimento social mas também a cada um de nós.

A verdadeira liderança não está dentro da Cimeira; está nas ruas, está no movimento. Deixemos que os tambores e cânticos nos relembrem constantemente de que há um mundo para além destas conferências, e de que é nesse mundo que a verdadeira mudança acontecerá. O povo unido jamais será vencido. A luta continua, e juntos, venceremos.

Pontos sobre Bolsonaro

texto de Ana Bárbara Pedrosa, escritora

1) De repente, ressignificamos a literatura. Musil escreveu "O homem sem qualidades" na primeira metade do século XX. No século seguinte, é impossível não pensar em Musil ao olhar para Bolsonaro. Chega a ser insultuoso, claro, relembrar um cerebrado ao ver um símio.

2) Pior do que Bolsonaro ter sido eleito só ouvi-lo. Quase 300 milhões foram infectados com covid, mas ele acha que brasileiro fica pulando em esgoto e não acontece nada. Não há como provar sem experimentar e Bolsonaro experimentou e resultou. Ninguém sabe como é que o esgoto não morreu.

3) O homem diz-se ao leme e que quem se contamina pelo vírus não tem com que se preocupar. Toda a gente o ouviu dizê-lo, excepto 5 milhões de mortos, 616 mil dos quais brasileiros.

4) Toda a gente tem um vizinho meio maluco que é negacionista do que tem em frente aos olhos. O povo brasileiro é maior do que os outros e tem um presidente.

5) Com isto, a expressão saiu da metáfora. Em vez de bobo da corte, temos Bolsonaro no Planalto e ninguém dá pela diferença. O gajo não quer restringir a entrada de não-vacinados, e tudo bem, porque com tanto deus-dará já deve estar tudo infectado.

6) Os viajantes agradecem porque pior do que ter Bolsonaro numa posição de poder só mesmo espetar uma zaragatoa no nariz. Se fôssemos às metáforas, talvez o Brasil fosse o nariz e Bolsonaro a zaragatoa infectada de HIV e covid e estupidez.

7) Há uns tempos, surgiram notícias dizendo que Bolsonaro tinha covid. Não sei se lhe afectou os pulmões, mas sei que não lhe deu cabo das capacidades cognitivas, porque não tinha nenhuma há muito.

8) Ainda assim, foi eleito, e isto pode ser um símbolo de esperança, a ascensão de um povo: um bêbedo emborca mais uma caipirinha num boteco e pensa que, se aquele burro sem orelhas chega a presidente, ele também consegue.

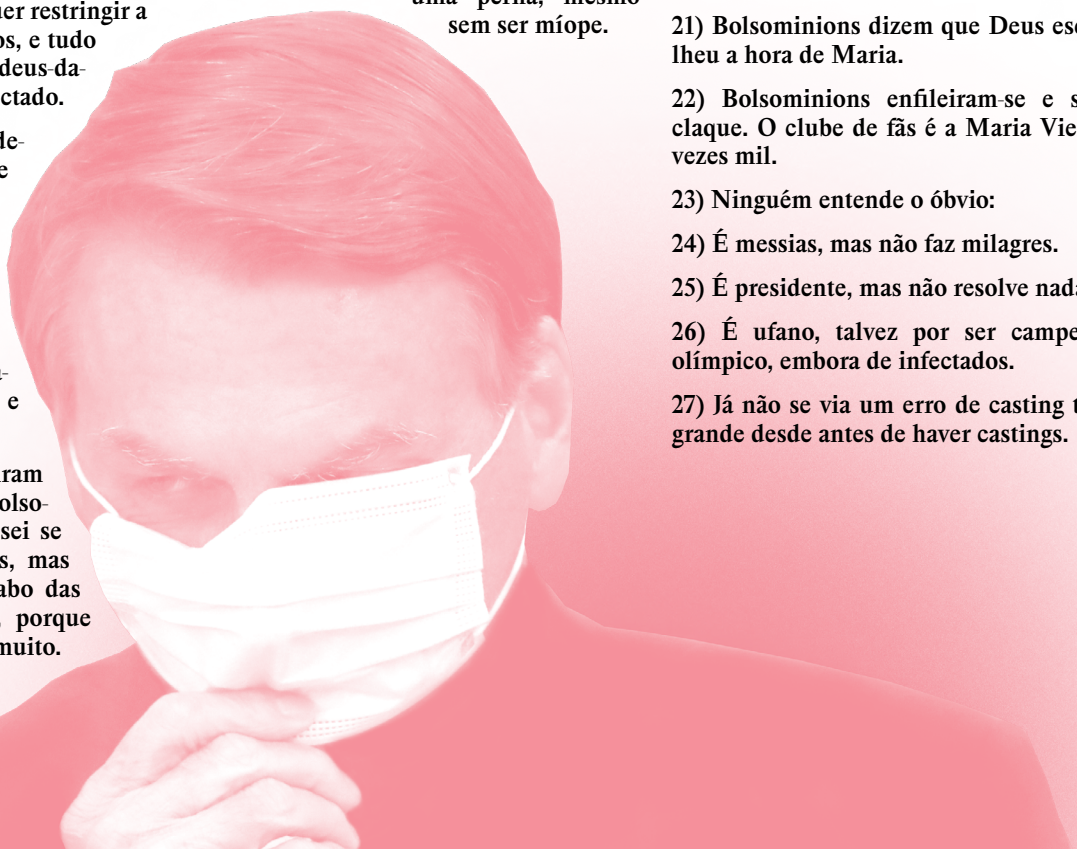
9) Há quem diga que isto seria o sonho da democracia a bater numa favela, mas o eleito tem mais ar de ditador.

10) Bolsonaro mostrou-nos o que ainda não sabíamos: dá ideia de que um cretino só pode seguir outro cretino. E, em época de redes sociais, em que toda a gente mostra o lanche e os abdominais, chegamos ao fim do último capítulo da modéstia. Repare-se:

11) Na minha juventude, um idiota era discreto. Sentava-se na última fila, não se confessava incapaz de somar 2+2. Mantinha-se firme na tarefa de jamais pensar por conta própria e nunca se punha a discutir por não ter nada de jeito para dizer.

12) Mas Zuckerberg democratizou o acesso à palavra e assistimos então à incauta explosão do idiota, que não apenas pensa como pensa a coisa errada.

13) Tem um doente sem meio pulmão à frente e consegue ver ali um manco de uma perna, mesmo sem ser míope.



14) Não confia na Organização Mundial de Saúde, porque sabe que temos de confiar no chalupa que vimos na Internet.

15) Ou seja, o arquétipo do idiota apresenta-se a eleições e faz-se presidente.

16) Eu ainda sou do tempo em que os idiotas eram usados apenas como carne para canhão. Eram instrumentalizados pela história, não a faziam de Brasília.

17) Dantes, recusavam-se a pensar, diziam apenas, encolhendo os ombros "Eu não sei", acrescentando "A Maria é que sabe dessas coisas." A Maria, claro está, era a melhor da turma. Os idiotas tinham pelo menos a esperteza de tentar copiar por ela nos testes.

18) Hoje em dia, é ao contrário. Os idiotas querem pensar pela Maria.

19) E quando a Maria lhes diz "Estás errado, 2+2 não dá 347", os idiotas gritam e ululam e pululam, histéricos, chamando-lhe comuna, marxista, patralhada, "Se gosta assim tanto de Cuba, vá viver para lá".

20) A Maria depois morre de covid porque os idiotas garantiram que covid não existia.

21) Bolsominions dizem que Deus escolheu a hora de Maria.

22) Bolsominions enfileiram-se e são claque. O clube de fãs é a Maria Vieira vezes mil.

23) Ninguém entende o óbvio:

24) É messias, mas não faz milagres.

25) É presidente, mas não resolve nada.

26) É ufano, talvez por ser campeão olímpico, embora de infectados.

27) Já não se via um erro de casting tão grande desde antes de haver castings.

O Beijo da Mulher Aranha
Manuel Puig

2003 | Relógio d'Água
PVP: ± 15 Euros

Guilherme Machado,
estudante de História na FCSH

A América Latina possui uma bagagem literária e cultural de grande renome, mas poucos títulos chegam perto de um dos mais puros e desafiantes retratos do subcontinente do que a obra de Puig. Numa pequena cela, a dialética casual entre dois personagens presos pelo regime militar argentino leva o leitor a ter contacto com a natureza de regimes ditatoriais, do conceito da prisão e da própria psicologia dos perseguidos perante a máquina anónima do Exército. No contexto do tema do dossiê, este romance é de grande interesse pela abordagem que faz às relações entre o oprimido e o opressor - assim como as suas violências.

Em Defesa da Revolução Africana
Frantz Fanon

1964 | Livraria Sá da Costa Editora
PVP: ± 6-8 Euros

FRANTZ OMAR FANON VIVE

Yussef, Movimento Africano
de Trabalhadores e Estudantes/RGB

"O racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais quotidiano, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada (pág.,37)"

-Racismo e Cultura in Em defesa da Revolução Africana

Nascido na Martinica – outrora e ainda hoje um departamento francês do "Outre Mer" – combatente voluntário na Segunda Guerra Mundial pela França – participação na qual viria demonstrar a sua desilusão perante o fenómeno racista vivido –, medalhado por bravura em combate, ganha uma bolsa de estudo decidindo estudar Medicina, com especialidade em Psiquiatria, na cidade de Lyon. Forma-se como médico psiquiatra, mas, também, como homem consciente da existência de uma sociedade a ser destruída – "chamo sociedade burguesa toda sociedade fechada na qual não é prazeroso viver-se, onde o ar está poluído e as ideias e pessoas em putrefacção. E penso que um Homem que toma posição contra essa morte é, de certa forma, um revolucionário (Peau noire, masques blancs., pg.,218).

N'Os condenados da Terra retoma, originalmente – analisando concretamente o fenómeno independentista nos países africanos ao qual formalmente tinham acedido – a tese da Revolução Permanente de Trotsky. Entende que as burguesias nacionais nos territórios neo-colonizados seriam incapazes de levar a cabo as tarefas democráticas que, em outras partes do mundo, na Europa nomeadamente, tinham sido levadas a cabo por movimentos revolucionários liderados pelas burguesias europeias: "Não se deve combater a burguesia nacional nos países subdesenvolvidos porque ela pode frear o desenvolvimento global e harmonioso da nação. É preciso opor-se resolutamente a ela porque de forma literal, ele serve para nada". Antecipa Amílcar Cabral nas teses do lugar da cultura na luta de libertação – como acto de cultura e factor de cultura – e na crítica às pequenas burguesias alienadas que colocavam a luta pela exaltação e hegemonia de uma dita cultura africana essencialista e alienante, em detrimento da luta política anti-imperialista para a modificação das condições materiais de existência – factor este essencial para a criação de uma cultura "aberta, percorrida por linhas de força espontâneas, generosas, fecundas"(Em defesa da Revolução Africana, pg.,38).

Hoje, mutatis mutandis, a violência política revolucionária do neocolonizado deve ser a antítese perante a violência do mundo neocolonial porque, quer queiramos quer não, a força e a violência continuam a ser as parteiras da História (O Capital, pg.,470).

Governar para as próximas gerações: Sucessos e fracassos de políticas de longo prazo em Portugal

Daniel Cardoso, Catherine Moury, Ana Paula Costa, Mafalda Escada

2021 | Almedina
PVP: ± 17 Euros

João Bernardo Narciso,
mestrando em Ciência Política no ISCTE

Existe hoje em Portugal e na maioria das sociedades do capitalismo tardio uma injustiça intergeracional gritante. Pela primeira vez, as gerações mais novas deixaram de ter a expectativa de uma vida melhor ou pelo menos tão boa com a dos seus pais. Mesmo apesar de estas serem as gerações mais qualificadas de sempre, a precariedade laboral generalizou-se e os empregos para a vida deixaram de ser uma realidade. O desequilíbrio demográfico cria pressões nos serviços públicos e na segurança social e desafia a sua sustentabilidade. Finalmente, os jovens deparam-se com uma caminhada desenfreada para o abismo da crise climática, que coloca em causa a vida no planeta e que exige transformações radicais na forma como a sociedade se organiza.

Muitas destas questões só podem ser eficazmente respondidas com medidas estruturais e de longo prazo. No entanto, há vários fatores que fazem com que reformas deste tipo sejam cronicamente adiadas. Alguns causas são a gestão de riscos políticos em ciclos eleitorais curtos, as assimetrias de poder entre beneficiários e perdedores ou ainda a resistência à mudança, uma vez que os efeitos das políticas de longo prazo são normalmente mais difusos e menos perceptíveis.

Este livro pretende identificar as condições que permitem ou não implementar com sucesso este tipo de reformas, através da análise de dez medidas em cinco áreas - ambiente, saúde, família, segurança social e trabalho - no contexto português. Será a procura de consenso entre governos e oposições determinante? Qual o papel da opinião pública? E da conjuntura internacional? Nesta viagem de conhecimento sobre políticas públicas com âmbitos e níveis de implementação tão diferentes como a descriminalização das drogas, o alargamento da licença parental ou o imposto sobre heranças, podemos perceber melhor as razões para os seus sucessos e fracassos.

MY AGENDA de Dorian Electra

Francis Salema,
ativista trans e músico (ele/elu)

Dorian Electra, no seu novo álbum "My Agenda", embarca-nos numa viagem pela cultura LGBTQI+ através da linguagem dos memes e dos kinks, linguagem contemporânea e familiar para quem cresceu na internet.

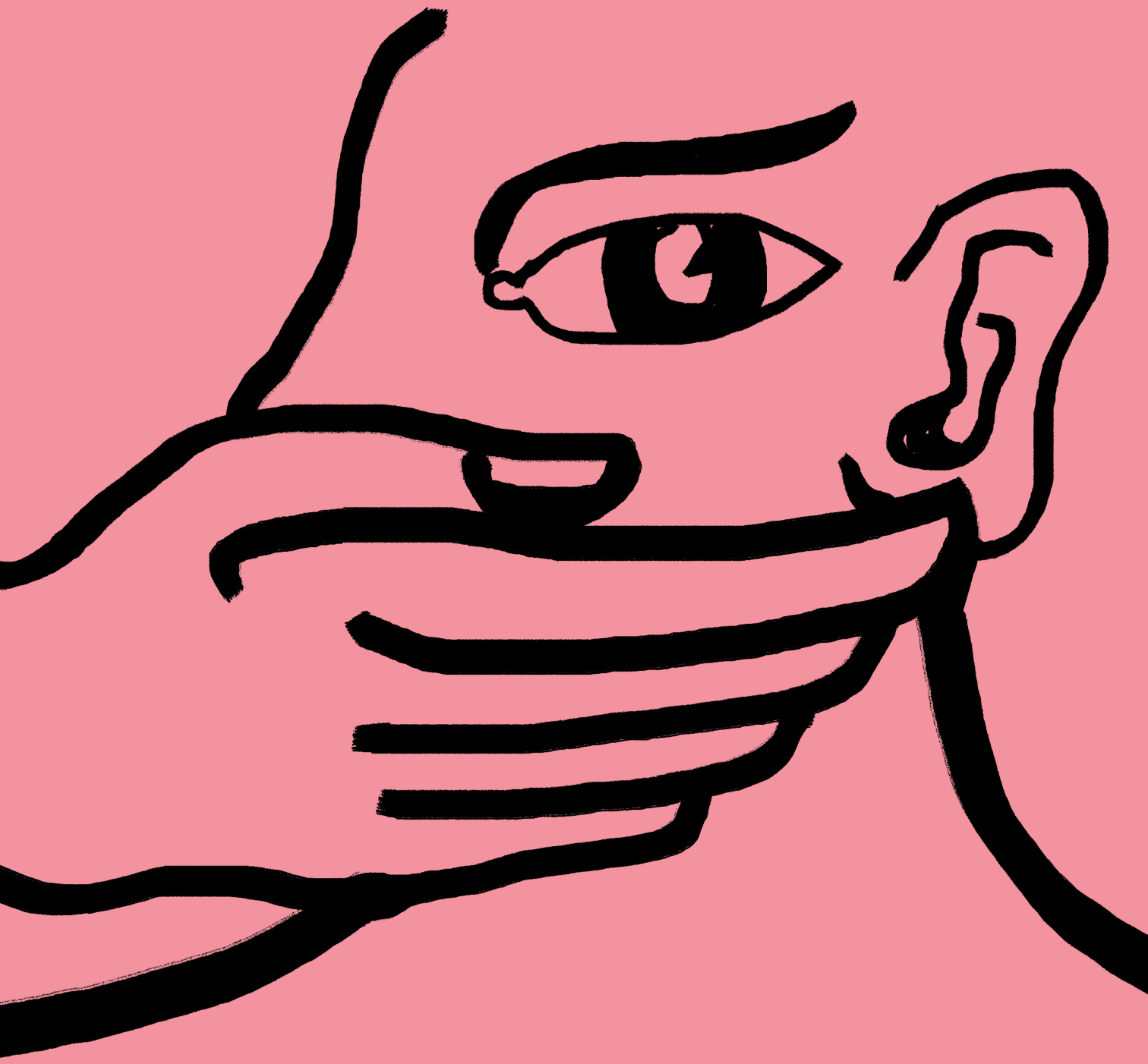
Este álbum, com toda a perspicácia de um dialético génio liricista e musical, demonstra as incongruências e dissonâncias cognitivas dos papéis de género e da experiência LGBTQI+ no capitalismo, através de hiperpop inovador, deixando para trás quem não está familiarizado com internet culture e os sons que SOPHIE introduziu ao mundo.

Estes novos sons, que têm em si misturados uma certa dose de EDM, são, ao início, difíceis de ouvir, acabando por se enraizar dentro da mente jovem para a qual foram feitos, juntamente com as mensagens críticas e por vezes irônicas das canções. Um álbum para ouvir e reouvir, que primeiro se estranha e depois se entranha.

V ENCONTROS INTERNACIONAIS ECOSSOCIALISTAS
21·22·23 de janeiro
Lisboa

dossiê

#46 SÉRIE II JANEIRO 2022



Violência

Violência e Imperialismo: o exemplo de Cabo Delgado

Guilherme Machado tem 19 anos e é estudante de História e ativista estudantil

Há um sistema global imperialista que sustenta as relações de produção capitalistas através de um monopólio centralizado da violência, e que se manifesta em todos os níveis - da política internacional à nossa vida quotidiana.

Em 2017, na província de Cabo Delgado, estalou uma insurreição armada de um grupo islâmico fundamentalista. No seu caminho de destruição, abalaram a vida das comunidades locais, deixaram mortos para trás, e até hoje combatem contra as forças do exército moçambicano. O que foi mais importante foi a reação do mundo Ocidental, tendo em conta que um grupo terrorista fundamentalista é um excelente álibi para algo que é na verdade estrutural ao nosso sistema económico, e que está diretamente por trás da insurreição armada não apenas em Moçambique, mas como em vários outros países que preferimos conotar como "subdesenvolvidos". Por outro lado, creio que este exemplo pode servir como o ponto de partida sobre uma reflexão da natureza e manifestações da violência na nossa sociedade, ao deixarmos de lado o aparelho de pensamento da ONU e da NATO no que toca à natureza das violências e da guerra e passando a um estudo mais localizado e historicamente contextualizado do fenómeno.

Um dos pilares do sistema capitalista é a relação entre o centro - os países que concentram em si o capital, a banca, os investimentos, a indústria e as próprias técnicas - e a periferia da rede de relações do sistema económico global. Nos séculos de expansão marítima europeia, existiam vários motivos para a expansão e colonização: seja a prata de Potosí ou a escravatura. Porém, esta relação altera-se de acordo com o paradigma político e económico europeu: depois de séculos de acumulação primitiva (concentração fundiária e aumento da produtividade, mas também comércio e atividades financeiras), a indústria desenvolve-se e o mundo da Europa ocidental muda com ela. Conhecemos bem os efeitos da industrialização e da ascensão de elites burguesas liberais nos principais países europeus, mas algo que a comunicação política escolhe ignorar é o impacto que o que fazemos aqui tem no resto do mundo. A industrialização e a necessidade de obter recursos, mão-de-obra e mercados com milhões de pessoas para comprar os produtos manufaturados levou a um processo de destruição, ocupação e desagregação completa das comunidades africanas, americanas e asiáticas. Na Índia, um experimento inicial de imperialismo foi desenvolvido no séc. XIX: as terras foram concentradas nas mãos de colonos ingleses, e os recursos agrícolas e naturais extraídos lentamente do país sem qualquer retorno para o território. No final, milhões de pessoas de um território cuja capacidade agrícola e industrial pré-colonial poderá surpreender muitos, morreram neste ensaio do colonialismo moderno. O mesmo aconteceu com Portugal, cuja moribunda e fraca indústria do Estado Novo era sustentada pelos enormes mercados das colónias, para onde eram exportados os produtos manufaturados de baixa qualidade. Até hoje, a mesma relação mantém-se entre o centro e a periferia. Com o mesmo capital acumulado sobre o caos e a destruição há séculos atrás - mas agora apresentado como "paz mundial" e "ajuda humanitária". É agora conveniente realçar a existência de um dos maiores projetos de prospeção de gás em África na mesma região de Cabo Delgado onde se levantou a insurreição - o projeto de 20 biliões de dólares tutelado por um dos gigantes do petróleo, a francesa Total.

Ao discutirmos e observarmos a violência, temos a tendência a pensar - de forma liberal e realista - nos atos de violência localizados e individuais, como se o ato de impor violência aos corpos partisse de uma pura ação individual. Em muitos aspetos este pode ser o caso, mas sempre sob a forma de um indivíduo a perpetuar relações de poder generalizadas e mais universais. A verdade é que a desconstrução dos limites discursivos da violência leva-nos a uma situação na qual normas de género, a divisão do trabalho, o sistema policial e prisional e até as próprias escolas são vetores de transmissão de violência. Há um sistema global imperialista que sustenta as relações de produção capitalistas através de um monopólio centralizado da violência, e que se manifesta em todos os níveis da nossa vida quotidiana.

Há palavras que nos libertam e há palavras que nos condenam

Andreia Galvão,
ativista climática e estudantil,
estudante de Ciências
da Comunicação

A violência das palavras é muitas vezes desvalorizada. Mas pode ser uma experiência de opressão e da expressão da violência objetiva ou, até, um instrumento de emancipação.

Já tudo é tudo. A perfeição dos
deuses digere o próprio estômago.
O rio da morte corre para a nascente.
O que é feito das palavras senão as palavras?

O que é feito de nós senão
as palavras que nos fazem
Todas as coisas são perfeitas de
Nós até ao infinito, somos pois divinos.

Já não é possível dizer mais nada
mas também não é possível ficar calado.
Eis o verdadeiro rosto do poema.
Assim seja feito a mais e a menos.

Manuel António Pina

Quando pensamos em violência, é frequente que nos levemos a pensar na violência explícita, aquela que vemos. A violência da guerra, da desigualdade, da bomba atómica. Mas há uma universalidade inerente em todas as expressões de violência, a embrionária face mais visível - a sua lógica. No livro "Violence"[5], Slavoj Zizek considera a violência subjetiva somente a dimensão mais observável de um triângulo constituído também pela violência sistémica (o resultado do funcionamento suave das nossas organizações político-sociais) e a violência simbólica, nas quais a língua se constitui como um mecanismo para reproduzir e naturalizar relações de dominação, impondo sempre um universo de significado.

No entanto, na cultura popular o discurso é muitas vezes apresentado como antagónico à ideia de violência física, que é entendida como a verdadeira demarcação de lugares. "A falar é que a gente se entende" remete para a diferença da espécie humana das restantes por nos caracterizarmos como seres falantes. Escolher o diálogo é, assim, vislumbrado como escolher a alternativa à luta e à violência.

Certos filósofos, como Hegel, declaravam que, de certo modo, a linguagem tinha de ser inerentemente violenta. A linguagem seria sempre redutora, sempre simplificando outras características do objeto a qual se refere. Este fator é particularmente importante quando entendemos que, se a linguagem se insere como violência simbólica num quadro estrutural já cria disparidades sobre o direito de reduzir, o direito de, inclusive, nomear.

Olhemos, por exemplo, para o passado colonial, para quando os colonizadores Ingleses, Franceses, Espanhóis ou Portugueses, chegavam a um local e imediatamente se apressavam a dar nomes ao que encontravam, de modo a poder reduzir a diferença a uma peça encaixável no seu universo de significados. Estabelece-se assim um poder entre quem pode enclausurar alguém no seu discurso, e quem observa nessa violência um presságio doutro género de violência.

O campo lexical usado nesta altura não se reduzia a sons codificados, mas determinava espaços sociais, definia tempos de vida, liberdades, presenças, ausências, dizia quem importava e quem não, quem era bruxa e quem era escravo .

Este entendimento é observável em qualquer protesto político: contesta-se também a linguagem como quadro vigente de um contexto repressivo. Quando o movimento antirracista contesta a temporalidade estática da utilização de escravo e a transporta para o campo do que é temporário, da pessoa que foi escravizada, está a reconhecer que a linguagem pode carregar violência, que as palavras impelem alguma espécie de consequência traduzível na realidade material.

A palavra como um campo de possibilidades

Adorno, filósofo alemão do século XX, declarou que, depois de Auschwitz, a poesia já não era possível, que o mundo na qual as palavras se arrastavam em sonoridades e ritmos deliciosos teria de ter sido aniquilado pela frieza dos horrores de guerra, da violência objetiva. O mundo ficaria reduzido à prosa seca, formal, descritiva. Mas o mundo não deixou de jorrar a música do fado, a beleza dos versos.

Talvez não haja campo tão maleável a repensar a realidade do mundo que nos envolve, através da contestação dos termos utilizados, do que está inscrito na normalidade social, desnaturalizando a violência, promovendo outra lógica para agregar as palavras. Lewis Carrol tê-lo-à resumido melhor que ninguém "Não existe melhor arma do que a imaginação na luta contra a realidade".

[5] Žižek, S., 2008. Violence. London: Profile.

Micro-violências que evidenciam um macro-machismo

Sofia Lopes,
ativista estudantil
do Bloco de Esquerda

São tantas as práticas machistas que se encontram profundamente enraizadas no nosso quotidiano, que podem ser difíceis de identificar ou desconstruir. Desde a terrorismo emocional até ao fingimento de incompetência profissional ou familiar, estas atitudes constituem-se enquanto microviolências que evidenciam as formas mais subtis dominacão masculina.

A violência que permeia o dia-a-dia das mulheres nem sempre é a mais óbvia. Está escondida nos pequenos gestos, nuns olhares discretos (ou não), em ligeiros toques, em frases dissimuladas. Está enraizada de tal maneira nas diferentes instituições, tão aceite e normalizada, que a sua identificação pode ser mais difícil e até menosprezada. Sendo assim, a violência machista pode ser percebida de várias formas, não apenas física, psicológica, sexual ou patrimonial, mas também nestas violências invisíveis: as chamadas microviolências ou micromachismos (Bonino, 1999) ou neomachismo (Bordieu, 1995). Estas microviolências exercidas contra as mulheres surgem enquanto agressões encobertas durante toda a nossa vida, afetando gravemente a nossa construção de identidade através dos processos de socialização, quer na esfera pública, quer na privada.

Para começar, a partir do momento em que somos confinadas a um determinado género, regido pelo padrão heteronormativo e binário do patriarcado, cada mulher vai receber uma bagagem cultural distinta que a vai acompanhar durante toda a sua vida. Isto vai-se refletir nas tais violências de curto alcance, as não visíveis, mas muito presentes no quotidiano e enraizadas no dia-a-dia. Aliás, é a sua normalidade e insistência constante que faz com que não sejam tão visíveis. Materializam-se em atitudes, condutas e comportamentos, pequenas estratégias de controlo machista e patriarcal. Bonino (2005) identifica quatro tipologias destes comportamentos abusivos: utilitários, encobertos, de crise ou coercivos.

Por exemplo, os micromachismos utilitários correspondem a estratégias de imposição de sobrecarga e possível exaustão, por evitação de responsabilidades domésticas, familiares, laborais ou intelectuais. Quantas vezes somos enfrentadas com a suposta incompetência masculina em casa ou no trabalho, que se aproveitam abusivamente das supostas "capacidades naturais" femininas para tomar conta de certas tarefas? Quantas vezes nos delegam trabalho através de uma narrativa de amiguismo paternal? A segunda categoria de microviolências, as denominadas "encobertas", vão no mesmo caminho. Neste caso, servem para encobrir o objetivo machista de domínio, com manobras subtis como comunicação defensiva, abuso de confiança, falta de intimidade, desvalorização e autoindulgência.

A terceira categoria, as microviolências de crise, surgem num momento em que a mulher tenta criar um balanço de poder igual. Servem para restabelecer o controlo prévio de poder e a sua manutenção de desigualdade, com estratégias de hipercontrolo, resistência passiva, distanciamento ou vitimização. Finalmente, as chamadas "coercivas"

são, talvez, as mais óbvias. A utilização abusiva de uma força moral ou económica que convence as mulheres de que elas não têm razão, provocando um sentimento de derrota e incapacidade de defender as suas decisões. As técnicas são-nos conhecidas: controlo de dinheiro, imposição de intimidade e narrativas manipulativas.

Muitos outros micromachismos podem ser enumerados, desde a ausência de uma linguagem inclusiva, até a um certo humor com base no piropo e na objetificação sexual, ou mesmo na publicidade e nos órgãos de comunicação, que nos retratam ou como a mãe de família amorosa e tonta, ou como a mulher (supostamente) emancipada e perfeita, a mais apetecível para o olhar masculino. Estes comportamentos são muito mais abrangentes do que o âmbito das nossas relações românticas. São regra nos nossos professores, nos nossos colegas, nos nossos familiares, amigos e camaradas; na publicidade, na literatura, na televisão, na universidade, nos locais de trabalho. Pequenas violências de género, tão recorrentes como naturalizadas, que nos insultam e menorizam.

Micro-violência a micro-violência, constantes e diárias, inevitavelmente podem gerar exaustão e cansaço, um sentimento de abandono e, possivelmente, uma crença tímida nas mentiras e manipulações com que o patriarcado nos alimenta. E enquanto estes micromachismos não se visibilizarem e não tratemos de eliminar as suas raízes culturais e cotidianas, a violência, seja ela visível ou invisível, permanecerá inalterada. Mas, companheiras, somos tantas a lutar por um mundo que não nos agrida, que enquanto nos segurarmos umas às outras, com amor e luta, continua viva a ideia da revolução feminista e socialista. Durante o janeiro frio e escuro, é só em março que penso.

Bourdieu, Pierre. (2013). A Dominação Masculina. Relógio D'Água

Bonino, Luis. (1995). Desvelando los micromachismos en la vida conyugal. En J. Corsi (Eds.), Violencia masculina en la pareja. Una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención (pp. 191-208). Buenos Aires: Paidós.

Bonino, Luis. (1996). La violencia invisible en la pareja. En 1as. Jornadas de género en la sociedad actual (pp. 25-45). Valencia: Generalitat Valenciana.

Bonino, Luis. (2005). Las microviolencias y sus efectos: claves para su detección. En C. Ruiz-Jarabo y P. Blanco (Coords.), La violencia contra las mujeres: prevención y detección (pp. 83-102). Madrid: Díaz de Santos

12 Angry Men

Adriana Afonso,
estudante de sociologia na FCSH

Gosto de acreditar que todos os filmes nos trazem algo de novo e 12 Agry Men trouxe-me das coisas mais importantes - o amor e o fascínio pelo poder da palavra.

Passado na década de 50, retrata o julgamento de um rapaz de 18 anos que está em tribunal pelo alegado assassinato do pai. 12 homens do júri são então levados a discutir o caso, o que inicialmente parece um processo rápido, mas que depressa se torna numa discussão acesa pois não existe consenso. Através da arte da argumentação, um dos jurados procura defender a inocência do rapaz, pondo os restantes numa posição de terem de refletir sobre os seus valores e a moral até chegarem ao veredito final.

Este filme, sendo restrito em termos de espaço, obriga-nos a focar na retórica. Fascinou-me pela ideia de que, por vezes, a vida de alguém está em jogo e apenas pode ser salva pela palavra. Fez-me perceber o seu impacto e a forma como as pessoas por ela são levadas a refletir e a entender outros pontos de vista.

Alexandre Portela,
estudante de filosofia

Contra os corpos dóceis em teletrabalho

A nova lei do teletrabalho trouxe garantias importantes aos trabalhadores, num sistema económico que, desregulado, não tem limites na exploração. É relevante analisar como as formas de violência se intensificaram com a pandemia à luz dos conceitos de poder disciplinar e Biopolítica de Michel Foucault.

O confinamento imposto pelas autoridades de saúde pública apenas pôde ocorrer através de uma forma de poder que tenha legitimidade em regular os corpos da população inquestionavelmente e por isso constitui-se também como violência- Biopoder é o poder sobre o Homem enquanto ser vivo, uma estabilização dos seus aspetos biológicos. Já o conjunto das políticas que dele derivam e que o implementam na sociedade pelo Estado é chamado de Biopolítica.

É um poder de fazer viver ou deixar morrer vindo da necessidade de assegurar a salubridade da sociedade que é condição para uma massa de indivíduos saudáveis e, portanto, úteis e controlados dos quais se pode extrair a sua força eficientemente. O objetivo da governação capitalista através da Biopolítica é apenas assegurar a reprodução social e a integração dos indivíduos na cadeia de produção.

Enquanto a disciplina incide diretamente sobre o corpo do indivíduo, este Biopoder tem como objeto a população, a multiplicidade dos Homens enquanto multidão desordenada capaz de ser regulamentada. Quere-se um estado geral de equilíbrio: surgem novas tecnologias reguladoras fundamentadas na medicina. Esta é um saber-poder que faz a ponte entre o indivíduo e a população: através dos efeitos disciplinares (tal como o internamento forçado de alguém) e efeitos reguladores (o dever geral de recolhimento enquadra-se nisto). Assim, a disciplina e o Biopoder não se autoexcluem, ocorrem articuladamente.

Na sociedade moderna há um foco na vigilância para manter a ordem. Quem vigia não é visto, os vigiados estão completamente expostos. A prisão em forma de panótico é o símbolo ilustrativo das tecnologias da disciplina em geral, em que o controlo é feito sobretudo na mente, de forma despersonalizada e automatizada o que permite à disciplina chegar a mais lados.

O Corpo Dócil é o produto ideal da disciplina, um corpo que pode ser subjectificado, usado, transformado e aperfeiçoado facilmente. Há um adestramento do Homem, uma domesticação. O controlo faz-se por exemplo pela manipulação espacial para separar e expor os indivíduos, a incorporação de rotinas com a fixação de horários ou a imposição de exercícios para atingir a máxima eficiência dos movimentos. Quanto mais obedientes, mais úteis os corpos são.

Não trabalho em casa, durmo no escritório

No caso do teletrabalho, fez-se coincidir o posto de trabalho com o local de fruição do indivíduo, abrindo a possibilidade de prolongar o horário indefinitamente, no peculiar fenómeno de estar permanentemente online.

A descentralização informática do trabalho através da internet atua como um gigante panótico que está permanentemente presente nessas circunstâncias, o que se traduz numa vigilância constante e portanto a ameaça de punição também (a nova lei atua neste campo, impedindo a gravação de audio e som durante o trabalho). Ora, na circunstância de teletrabalho, dá-se a completa transformação do indivíduo num Corpo Dócil, pois não há uma descontinuidade para retornar do estado maquinal do trabalho, já que os horários muitas vezes não eram respeitados, sendo os trabalhadores coagidos por vezes a trabalhar para lá do horário. A nova lei contraria esta lógica de coerção permanente ao colocar no código do trabalho algo inovador como o dever do empregador se abster de contactar fora de horas (salvo exceções que têm de ser justificadas).

É preciso ser subversivo contra este estado das coisas e lutar através de todos os meios possíveis, pois é a única forma de proteger a nossa restante Humanidade.